

# **A EDUCAÇÃO NO PLANEJAMENTO PÚBLICO DO MARANHÃO: ASPIRAÇÕES, REIVINDICAÇÕES E DECISÕES DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (2007-2009)**

**Jhonatan U. P. Sousa – EFG/MA**

jhonatanalmada@yahoo.com.br

**Resumo:** Objetivamos apresentar numa visão sintética como a educação aparece no âmbito do planejamento público do Maranhão, tanto nos momentos coordenados pelo Poder Público, quanto nos originados na sociedade civil organizada, possibilitando assim, conhecer o entendimento de novos e diversificados atores sobre a educação. A formulação de uma política educacional identificada com as reais demandas da sociedade só se torna efetiva ao longo do processo de planejamento quando há compartilhamento do poder de decisão e não apenas participação.

**Palavras-chave:** planejamento público; educação; planejamento tradicional; planejamento participativo

## **1 INTRODUÇÃO**

A retomada da discussão nacional sobre desenvolvimento e neste contexto, do planejamento do desenvolvimento, estimulada por instituições como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA e o Ministério da Integração Nacional-MI, universidades e formadores de opinião, interessam de perto a educação (GARCIA, 2009; BACELAR, 2009).

Isto ocorre não só por força da crise econômica internacional, mas fundamentalmente pela falência das políticas implementadas sob a égide do neoliberalismo ao longo dos anos 1980 e 1990 nos países da América Latina e Caribe, e no Brasil, especificamente nos anos 1990. Esse processo implicou na deserção do Estado de setores cruciais para o desenvolvimento nacional, no desmonte do seu aparato institucional que lhe dava os meios e os instrumentos de implementação de políticas públicas, ao lado da privatização das empresas públicas e na transferência de responsabilidades em áreas como educação e saúde, cujos investimentos ficaram aquém das demandas.

As idéias básicas dessa retomada implicam em: *reconhecer o ponto de partida*, o fato de que o Brasil é um país desigual e diversificado; *não desprezar o passado*, presente na nossa formação social marcadamente autoritária, excludente e conservadora; e *aprender com a experiência alheia*, onde fica claro que inexistem casos exitosos internacionalmente sem a forte atuação do Estado (GARCIA, 2009).

O objetivo desse projeto teria como elementos centrais o “aprofundamento da democracia, o crescimento acelerado, a inclusão social, a redução de todas as desigualdades, a sustentabilidade ambiental e a inserção internacional soberana” (GARCIA, 2009, p. 16).

Tendo como pano de fundo essas idéias básicas podemos discutir o planejamento da educação, ou melhor, a educação no planejamento, em sentido amplo, adotando-se uma perspectiva de síntese.

Adotamos como marco os anos 1960 e 1970, considerando que nestas décadas a educação esteve subordinada ou anexa aos planos nacionais de desenvolvimento formulados e implementados durante a ditadura militar de 1964, figurando como planos setoriais de educação e cultura, cuja elaboração ocorreu com o predomínio dos tecnocratas em detrimento dos educadores e da sociedade em geral, orientados na perspectiva de suprir o mercado de trabalho com a mão-de-obra demandada (FAVERO, 1999; CIAVATTA, 2002).

Nos anos 1980 com a emergência dos movimentos sociais, das mobilizações em prol das Diretas Já e nas discussões em torno da Constituinte, energias represadas pela ditadura militar, as demandas “referem-se a todos os níveis educacionais” e algum foco em torno da defesa da “escola pública, gratuita, laica, unitária e universal” (CIAVATTA, 2002).

O capítulo reservado a educação no Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República intencionava “garantir educação pública gratuita para todos”, mas efetivamente privilegiou uma estratégia de repasses de recursos aos estados e municípios com objetivos clientelistas (SAVIANI, 2004).

Nos anos 1990 a mobilização dos educadores e da sociedade voltou-se para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação-PNE (10.172/2001), elaborando, após ampla discussão nacional, propostas em relação a estes, que no Congresso Nacional se viram frustradas pelos “acordos de gabinete” e preteridas. Em seu lugar prevaleceram as apresentadas pelo governo, elaboradas com a mão da tecnocracia (FRIGOTTO, 2002; CIAVATTA, 2002; SAVIANI, 2004; HERMIDA, 2006).

A educação fica então marcadamente subordinada à agenda dos organismos internacionais e a margem das demandas e desafios reais que deveria enfrentar, ao mesmo tempo, o planejamento da educação continua avesso a participação democrática na sua formulação, quando esta ocorre, não é no sentido de “trazer as discussões para o processo de elaboração do plano, mas fazer prevalecer o plano no processo de planejamento” (FERNANDES, 2006).

Já ao final da primeira década do século XXI, um novo plano é apresentado, denominado de Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, foi lançado em 2007, antes do fim da vigência do PNE (2010), também sem ampla discussão e participação dos educadores e da sociedade, ao tempo em que reúne as ações e programas já desenvolvidos pelo MEC sob um “guarda-chuva” comum.

É claro que se deve reconhecer que as medidas que integram o PDE enfrentam alguns dos principais problemas da educação brasileira, porém a questão não é de ênfase, mas de forma e metodologia, pois re-edita a prática de planejamento educacional de muitas décadas, não condizente com o necessário *aprofundamento da democracia* brasileira.

Se na década de 1990 o tom da política educacional brasileira foi dado pela Conferência de Jomtiem (1990), ou seja, a idéia de “educação para todos” focada na expansão desenfreada do ensino fundamental, na década seguinte ganha corpo a idéia de “todos pela educação” voltada para a educação básica de qualidade, nos marcos estabelecidos pela aludida Conferência, isto é, “se quisermos ter Educação de qualidade para todos, precisamos ter todos pela qualidade da educação”, os termos são os mesmos, em contradição com uma *inserção internacional soberana* (SAVIANI, 2004).

Uma nova perspectiva está em aberto. Por iniciativa do Ministério da Educação foi criada uma Comissão Organizadora formada por representantes dos setores governamentais, do legislativo, do Conselho Nacional de Educação, das entidades historicamente ligadas a educação como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação-ANPAE, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação-ANPED, dentre outras, para preparação da Conferência Nacional de Educação-CONAE, a ser realizada em Brasília, de 23 a 27 de maio de 2010.

A temática central é “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”, o que significa, pelo menos indica, uma mudança no relacionamento sempre conflituoso entre educadores e tecnocratas, com prevalência destes últimos, na formulação da política nacional de educação.

Após 24 anos da redemocratização inacabada no Brasil, 13 anos da promulgação da LDB e 8 anos do PNE, se prenuncia o planejamento democrático e participativo da educação brasileira, em torno de um Plano Nacional de Educação.

Observa-se uma tensão entre duas concepções de planejamento quando se pensa a política educacional brasileira: a *tradicional*, que considera a forma e a metodologia menos relevantes, tendo uma perspectiva subordinada ao econômico, voltada especificamente para a

formação de recursos humanos ao mercado de trabalho; e a *transformadora* que se fundamenta na participação popular e na democracia, compreendendo a educação na sua dimensão política de instrumento de participação social (FERNANDES, 2006).

É nesse quadro que inserimos uma reflexão sobre a educação no planejamento público recente do Maranhão, onde essa tensão pode ser observada, transacionando entre as reivindicações e aspirações da sociedade, e as visões e decisões dos tecnocratas, com clara vantagem da perspectiva tradicional sobre a transformadora.

Como já afirmou Fabiana Fernandes (2006), anteriormente citada, a participação popular é utilizada para legitimar as decisões prévias dos planejadores, isto é, seu plano prevalece no processo de planejamento.

A nós interessa saber que Educação aspira ou reivindica a sociedade no âmbito desse processo de planejamento público, e se ela se diferencia das sínteses produzidas e decisões tomadas pelos especialistas e técnicos de governo.

Nossa exposição está dividida em cinco seções: (a) Planejamento público recente do Maranhão; (b) A Educação como aspiração da sociedade; (c) A Educação como reivindicação da sociedade; (d) A Educação como fator determinante do futuro; (e) A Educação como prioridade estratégica de governo.

## **2 PLANEJAMENTO PÚBLICO RECENTE DO MARANHÃO**

A principal diferença do planejamento público recente praticado no Maranhão em relação aos processos anteriores é a adoção da perspectiva do planejamento estratégico em complementaridade ao planejamento tradicional.

Primeiro cumpre destacar como o planejamento estratégico se diferencia do planejamento tradicional. Na sua conceituação mais primária, planejamento é a arte de pensar antes de agir, cujo objetivo é passar de uma situação conhecida para outra desejada, envolvendo tomada e avaliação de cada decisão, tomando as medidas necessárias para que se alcance um resultado favorável (TSUJI, 2009).

Ora no planejamento tradicional se definem objetivos/metapas, recursos materiais, humanos e financeiros necessários, em momento algum se pergunta como foram definidos esses objetivos. Justamente aí é que entra o planejamento estratégico.

Ele atua numa perspectiva sistêmica buscando a partir da análise das oportunidades e ameaças presente no ambiente (externo) e da identificação dos pontos fortes e fracos do sistema (interno) definir diretrizes e fixar objetivos.

O planejamento público aqui abordado pode ser dividido em dois grandes blocos: a) primeiro, envolvendo o planejamento com participação popular induzida ou autônoma, está registrado nos documentos “Aspirações da Sociedade nas Regiões do Estado” e no “Plano Popular de Desenvolvimento Regional”; b) o segundo, envolvendo planejamento mais tradicional com técnicos governamentais e especialistas, registrado nos documentos “O que o Maranhão quer ser quando for Grande” e “Agenda 2010 – Maranhão Democrático e Solidário”.

O estudo “Aspirações da Sociedade nas 19 Regiões do Estado em 2007” publicado no âmbito do Sistema Estadual de Planejamento, sob a coordenação do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento-SEPLAN, registra o esforço do Governo do Estado do Maranhão na realização de 19 oficinas regionais de planejamento com vistas à identificação das aspirações da sociedade, onde cada região, representada por sociedade civil, instituições de ensino, movimentos sociais, entidades empresariais, sindicais, órgãos governamentais, dentre outros, atuou no sentido de definir as oportunidades e ameaças, inerente ao ambiente externo no qual estão inseridas, e os pontos fracos e pontos fortes, advindos do sistema interno de cada uma.

O documento “Plano Popular de Desenvolvimento Regional”, condensa a continuidade do planejamento participativo ocorrido nas oficinas acima referidas e numa segunda linha, de caráter autônomo e espontâneo, as reivindicações da sociedade civil e lideranças sociais e comunitárias, apresentadas ao Governo do Estado em 4 encontros regionais com a presença do Governador e do seu Secretariado. Essas últimas foram sistematizadas pelas entidades da sociedade civil na forma de Cartas.

Tanto o estudo das aspirações quanto as cartas da sociedade civil foram incorporadas na elaboração do Plano Plurianual 2008-2010 como subsídios para a programação das ações, projetos e programas governamentais.

O estudo “O que o Maranhão quer ser quando for Grande: estratégias de desenvolvimento, cenário futuro e visão de futuro” foi elaborado com auxílio de mais de 70 especialistas consultados por intermédio de questionários, participando de oficinas temáticas e redigindo cenários.

O documento “Agenda 2010 – Maranhão Democrático e Solidário” foi elaborado por técnicos do governo com o objetivo de sintetizar o planejamento público elaborado e focar a ação governamental e os investimentos públicos em objetivos estratégicos.

Wilson Filho (1998) demonstra que no caso específico do Maranhão, ainda que a realização de planejamento no âmbito estatal date do início do século XX, ele na verdade começa fora do Estado, por iniciativa da Associação Comercial do Maranhão e outras entidades da sociedade civil, este só logra institucionalizar-se em meados dos anos 1970, auge da ditadura militar, inexistindo então a perspectiva de democratização do mesmo.

Ocorreram algumas tentativas de realização de um planejamento participativo no Maranhão, um dos destaques dessa experiência, segundo Tibério Santos (1980) é que a partir das sugestões da sociedade definiu-se “Prioridade Absoluta para a Educação do Povo”. Lamentavelmente, essa prática não se enraizou no âmbito do Sistema Estadual de Planejamento, permanecendo então as características autoritárias de viés tecnocrático.

Os processos de planejamento participativo que implicaram nos estudos e documentos anteriormente elencados ocorreram nos últimos três anos (2007, 2008, 2009) sob o Governo Jackson Lago, cuja perspectiva democratizadora estabeleceu como meta maior a democratização do Estado, por conseguinte, do seu planejamento. Importante destacar que o esse governo foi interrompido por decisão do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, empossando-se o segundo colocado nas eleições de 2006.

### **3 A EDUCAÇÃO COMO ASPIRAÇÃO DA SOCIEDADE**

Na realização das 19 oficinas regionais foi utilizada a técnica de decisão participativa, chamada de Metaplan, adotada por ocasião do Projeto Áridas, projeto de definição das prioridades da região Nordeste com a realização de consulta à comunidade, acontecido há mais de uma década; consiste no uso de tarjetas onde os participantes escrevem suas idéias em frases curtas e sucintas, as quais são afixadas na parede, num quadro, ou num painel de madeira, de tal modo que permita a visualização de todos, realizando-se, então, a discussão (TSUJI, 2007).

Argumenta-se que esta técnica permite a efetiva participação de todos os presentes, quer sejam tímidos ou muito falantes. Pode-se discutir com maior profundidade do que a técnica de assembléia. A desvantagem é que tem um limite de participantes, para que se consiga a efetiva participação dos integrantes do grupo. Esta técnica tem sido usada em outros

estados, quando realizam o processo da descentralização, a exemplo de Santa Catarina e Sergipe.

Na sistemática de construção das aspirações foram escolhidos articuladores governamentais para que os mesmos selecionassem o público das oficinas, com o seguinte perfil (TSUJI, 2007, p. 13):

- a. tenha boa percepção da região
- b. saiba participar de grupos de discussão (não monopolizar a palavra e que tenha disciplina com relação às regras da discussão)
- c. embora o critério de participação não seja da representação por entidades, que o grupo possa ter, na medida do possível:
  - representação das minorias (mulheres, negros, índios, e outras)
  - participação das entidades:
    - Administração pública [Federal, Estadual e Municipal (secretarias)]
    - Organizações da sociedade civil [Sindicatos, Associação de bairros, Associações de classe, Entidades religiosas, ONGs, Empresas etc.]

Cerca de 1.820 pessoas dos 217 municípios do Maranhão participaram das oficinas. Da leitura atenta do documento pinçamos as aspirações da sociedade quanto a Educação que perfazem um total de 121 (cento e vinte uma).

Fazendo uma síntese, considerando o número de vezes que aparece citado ou correlacionado nas aspirações, destacam-se os seguintes temas em ordem decrescente de importância: 1. Construção, reforma e ampliação de Escolas Técnicas, 2. Construção, reforma e ampliação de Escolas de Nível Médio, 3. Formação Continuada dos Professores, 4. Qualidade da educação, 5. Abertura de novos cursos de Ensino Superior, 6. Realização de concursos públicos para os profissionais da educação, 7. Existência de transporte escolar, 8. Combate ao analfabetismo, 9. Combate a evasão e repetência escolar, 10. Informatização das escolas, 11. Criação de Planos de Cargos, Carreiras e Salários para os profissionais da educação, 12. Existência de atividades de arte, esporte e lazer, 13. Eleição direta de gestores escolares, 14. Construção de Escolas, 15. Construção de Escolas na zona rural, 16. Educação em Tempo Integral, 17. Existência de bibliotecas, 18. Construção de Escolas da Educação Básica, 19. Avaliação de Desempenho Docente, 20. Dedicção exclusiva dos professores, 21. Presença da família na escola.

A pauta da sociedade prioriza a questão da infra-estrutura, ou seja, a construção de escolas, prioritariamente para a educação profissionalizante e o ensino médio, ao mesmo tempo, se releva um caleidoscópio dos principais nós da educação pública maranhense,

centrados na busca pela qualidade, correlacionada à formação continuada de professores, a criação de uma carreira bem remunerada, com dedicação exclusiva, cujos resultados palpáveis sejam a redução do analfabetismo, da evasão e repetência escolar, condicionadas pela eleição direta dos gestores escolares, a avaliação de desempenho docente, a presença da família na escola, ao lado das condições estruturais como o transporte escolar, existência de bibliotecas e informatização.

Eis um conjunto de indicativos da sociedade para uma política educacional no Maranhão que atenda às suas necessidades, nenhum deles é estranho aos principais indicadores da educação maranhense.

Os dados fornecidos pelo IBGE e MEC/INEP apontam: a taxa de analfabetismo maranhense, entre pessoas com 15 anos ou mais (22,79%), representa o dobro da brasileira (10,4%) e está acima da média nordestina (18,09%); o percentual de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental no Maranhão (35,6%) representa a metade do percentual no Brasil (71,8%) e vinte pontos percentuais a menos que a do Nordeste (51,4%); as taxas de evasão no Ensino Fundamental (9,2) e no Ensino Médio (10,1) aumentaram em 2005, comparando com as registradas em 2000, de 7,2 no Ensino Fundamental e 6,9 no Ensino Médio; o desempenho do Maranhão no Programa Internacional para Avaliação de Alunos-PISA 2006, em todas as áreas avaliadas (Ciências, Matemática e Leitura) ficou abaixo da média nacional e regional.

#### **4 A EDUCAÇÃO COMO REIVINDICAÇÃO DA SOCIEDADE**

A sociedade civil organizada congregando mais de 100 municípios nas regiões denominadas por elas de Alto Turi, Baixo Parnaíba, Itaqui/Bacanga e Cerrado Sul, mobilizou as lideranças sociais destes municípios e convidou o Governador e seu Secretariado para expor suas reivindicações, denúncias e sugestões em fóruns da sociedade civil, com público aproximado de 3.500 pessoas (OLIVEIRA FILHO, 2008).

Isto ocorreu em quatro fóruns naquelas regiões, que foram seguidos da elaboração de cartas, onde foram elencadas todas as reivindicações por área temática.

Essas cartas se transformaram em compromisso do Governador com a sociedade civil das regiões e foram incorporadas às ações, projetos e programas desenvolvidos pelo Governo do Estado, cujo acompanhamento foi feito pela Assessoria Especial do Governador (AEG), também responsável pelo retorno à sociedade do andamento das mesmas.



A dinâmica desse planejamento é diferente da anterior, pois não é o governo que articula a auscultação da sociedade, mas a própria sociedade que o faz, e convida, ou melhor, convoca o governo para ouvi-los e se comprometer com sua pauta de necessidades.

Ao focarmos o conteúdo das cartas relacionado à Educação identificamos 47 reivindicações, das quais temos os seguintes temas em ordem decrescente de prioridade: 1. Construção de Escolas Públicas, especialmente Escola Familiares Rurais, Escolas de Nível Médio e Escolas Técnicas; 2. Formação Continuada de Professores; 3. Construção de campus e abertura de novos cursos de Educação Superior; 4. Realização de Concurso Público; 5. Construção de Bibliotecas; 6. Construção de Laboratórios; 7. Erradicação do Analfabetismo; 8. Política salarial e de carreira para os professores; 9. Educação no campo.

As reivindicações da sociedade civil organizada enfatizam a construção de escolas, mas especialmente às relacionadas com as vocações locais e regionais, como as Escolas Familiares Rurais, baseadas na pedagogia da alternância, e exigência do cumprimento das diretrizes nacionais da educação no campo, mas como na seção anterior, a questão da qualidade da educação oferecida aparece quando destacam a necessidade de formação continuada dos professores, de realização de concursos públicos e de uma política salarial e de carreira.

Fica também claro que o problema do analfabetismo se coloca como algo importante, a ser objeto de erradicação, não de ações limitadas ou descontinuadas.

As aspirações e reivindicações se encontram na identificação das carências estruturais da educação maranhense, tanto do ponto de vista *físico*: na construção de escolas, bibliotecas e laboratórios, como do ponto de vista *humano*: realização de concursos para professores, formação continuada de professores e plano de carreira.

## **5 A EDUCAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE DO FUTURO**

O documento “O que o Maranhão quer ser quando for Grande” (TSUJI, 2008) é um estudo de futuro, elaborado com horizonte temporal de dez anos (2017) a partir da definição dos fatores relevantes do futuro, das estratégias de desenvolvimento e das projeções dos fatores, por cerca de 80 especialistas que participaram dos trabalhos (entendidos como pessoas com visão geral do Maranhão e não necessariamente acadêmicos).

São 19 (dezenove) os fatores determinantes agrupados em três tipos: *iniciais ou*

*acionadores*, isto é, a vocação local e regional, a infra-estrutura, a educação, a capacitação, o ambiente e o governo; *fnais ou conseqüentes*, ou seja, agricultura, trabalho, indústria, saúde, políticas públicas e ciência e tecnologia; *intermediários*, isto é, turismo, política, planejamento, infância e juventude, reforma fundiária, novas empresas e saneamento básico.

A estratégia de desenvolvimento consolidada, utilizada como um dos insumos para a formulação das orientações estratégicas de governo, documento norteador da elaboração do PPA 2008-2011, estabelece a trilogia – educação, democracia e desenvolvimento econômico solidário como ênfase primordial da ação governamental.

As projeções dos 19 (dezenove) fatores no horizonte de dez anos descreveram um cenário qualitativo, a partir do qual foi feita a redação do cenário e daí se extraiu a visão de futuro.

Assim, as etapas do projeto foram as seguintes: determinação dos fatores relevantes do futuro do Maranhão; elaboração de modelo sistêmico dos fatores; oficina de discussão de estratégias alternativas; elaboração de estratégias alternativas; determinação da estratégia consolidada; projeção dos fatores; construção do cenário; e construção da visão de futuro.

A Educação como fator determinante do futuro foi descrita com os nomes alternativos de: educação fundamental, ensino fundamental, educação profissionalizante, educação indígena, escola pública e nível educacional.

Os especialistas indicaram 31 (trinta e uma) vezes a Educação como fator mais determinante para o futuro do Maranhão, foi o fator mais destacado.

A Estratégia Consolidada de Desenvolvimento no campo da Educação ficou da seguinte forma:

Tendo como pano de fundo a educação de qualidade para todos os maranhenses, e os dois pontos que perpassam transversalmente por todos os setores, há que se levar em conta que dentre a preocupação política, da democratização, existe aquela de considerar as peculiaridades de cada região e local, assim compreendidos os elementos naturais, artificiais e culturais, com base nos quais devem ser planificadas as ações governamentais. Em outros termos, a consideração da adequação ao local, respeitando suas vocações.

Assim, o processo desta estratégia tem como diretriz a distribuição democrática e qualificada do conhecimento, mediante a incorporação de pedagogias e ferramentas contextualizadas e adaptadas às diversas realidades dos territórios e da sociedade maranhense, alargando o leque de possibilidades do desenvolvimento sustentável, considerando: 1) educação para a cidadania, 2) educação para o trabalho, 3) educação ambiental, 4) educação artística, 5) educação com estímulo e incentivo à criatividade e ao desempenho de professores e alunos e 6) educação para a inovação, absorvendo os novos conhecimentos da Ciência e da Tecnologia. (TSUJI, 2008, p. 24).

O Cenário Futuro em relação à educação ficou da seguinte forma:

A Educação, um fator transversal em toda a dinâmica do desenvolvimento, irá se converter em prioridade no âmbito nacional, bem como no estado do Maranhão, dando ênfase a quatro pilares: 1. desenvolvimento de projetos pedagógicos próprios no Estado 2. gestão acadêmica, administrativa e financeira 3. financiamento global e 4. formação do educador.

Um afinamento inicial do sistema educacional será o de livrar-se das influências de interesses imediatos dos gestores públicos, bem como de ir atribuindo gradativamente autonomia aos sistemas municipais.

Paralelamente, vai acontecendo um maior poder dos dirigentes escolares. Com isso, ocorrerá maior organicidade dos conteúdos ministrados aos alunos.

As conseqüências dessas ações farão emergir, ao final do período, pedagogias nas quais os alunos se sentirão vistos e ouvidos, com a criação de um ambiente emocional favorável ao aprendizado.

Também devido ao clima mais favorável proporcionado pela gestão educacional, menos centralizadora, haverá estímulos à aplicação de metodologias mais inovadoras no âmbito das escolas, que o MEC, juntamente com o UNICEF estrategicamente fazem enaltecer, no início do período, através de premiações e concursos. Dentre estas inovações estão as escolas rurais que aplicam a pedagogia da alternância. (TSUJI, 2008, p. 29).

A Visão de Futuro do Maranhão para 2017 no que tange à educação ficou assim:

A Educação é uma prioridade no âmbito nacional, e especialmente no estado do Maranhão. Os sistemas municipais de educação têm autonomia e podem adotar metodologias educacionais variadas, inovadoras, no âmbito de cada escola com pedagogias em que os alunos se sentem vistos e ouvidos, participantes, num ambiente emocional favorável ao aprendizado. Ocorre, também, um poder maior dos dirigentes escolares.

No âmbito rural, existem muitas escolas que adotam a pedagogia da alternância, sendo que a extensão rural, em boa parte, é feita através delas.

A visão de futuro é, então, o que o Maranhão quer ser quando for grande. Sem dúvida, é um Maranhão politicamente mais democrático, com o processo de desenvolvimento ocorrendo não só na capital, mas em todo o espaço geográfico do Estado, apresentando diversos pólos sociais e econômicos no território, bem dinâmicos, havendo um controle social dos gastos públicos pela sociedade. O elemento dinamizador do desenvolvimento é a educação, especialmente dos jovens, naturalmente não excluindo a capacitação em todos os níveis, bastante voltada para o empreendedorismo que valoriza as vocações locais e regionais. Os empreendimentos maiores aproveitam as vantagens comparativas em função do minério de ferro, alumínio, soja, espaços para a produção de produtos que resultam em biodiesel e álcool. O turismo é intenso, contando com empreendimentos nacionais e estrangeiros. O sistema de saúde está menos concentrado na capital.

Provavelmente, nessa visão de futuro, o maranhense se sentirá mais cidadão e estará um pouco mais feliz. (TSUJI, 2008, p. 37).

A Estratégia de Desenvolvimento aponta que para se alcançar a visão de futuro, a educação deve ser um fator transversal, atenta às peculiaridades locais e regionais, priorizando a democratização do conhecimento, com foco na cidadania, no trabalho, no meio-ambiente, na criatividade, na inovação e no desempenho de professores e alunos.

No Cenário Futuro, o Maranhão terá projetos pedagógicos próprios e a formação do educador desenvolvida, através da adoção de novas pedagogias, centradas nos alunos e na construção de um ambiente emocional adequado ao processo de ensino-aprendizagem.

Configura-se assim, a Visão de Futuro do Maranhão, onde a Educação será prioridade e elemento dinamizador do desenvolvimento, por meio dos sistemas públicos e da capacitação e qualificação para o empreendedorismo.

Enquanto do ponto de vista da sociedade a Educação é apontada a luz de suas carências estruturais e qualitativas, mais próximas de sua realidade cotidiana, os especialistas tecem uma visão mais ampla preocupada com a inserção da Educação no processo de desenvolvimento do Estado e com temáticas mais genéricas e qualitativas.

## **6 A EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE ESTRATÉGICA DE GOVERNO**

O documento “Agenda 2010 – Maranhão Democrático e Solidário” é uma versão ampliada e pactuada da agenda estratégica que integra o documento “Planejamento Estratégico Governamental – Maranhão Democrático e Solidário”, desenvolvido pelos planejadores públicos, a partir das tendências econômicas e do contexto socioeconômico maranhense.

O aludido Planejamento Estratégico Governamental realiza diagnóstico das dimensões: (1) econômica, (2) social, (3) política e da (4) gestão pública. Fica patente na *primeira*, o modelo de desenvolvimento concentrador; a grande participação do Estado no PIB; o modelo exportador; os produtos com baixa agregação de valor; a evasão de divisas e a baixa qualificação tecnológica e profissional; na *segunda* os baixos indicadores sociais da mortalidade infantil e materna, do analfabetismo, da cobertura de água e esgoto, da eletrificação rural e o déficit habitacional, a maioria, inferiores às médias do Nordeste e do Brasil; na *terceira* destaca-se o aspecto conservador e clientelista da gestão pública; e na *quarta* enfatiza-se que existe uma centralização administrativa e orçamentária, políticas públicas ineficazes e ineficientes com ética e transparência difusas, baixa participação social sobre o orçamento e a gestão, e marcos regulatórios indefinidos.

Se o conteúdo dos documentos referidos nas seções anteriores tem uma distância maior da decisão de governo, considerando que são peças elaboradas e incorporadas ao longo do processo de planejamento com conseqüências mais normativas que práticas, o estabelecido na Agenda 2010 implica em prioridade da vontade política e dos recursos públicos disponíveis.

A Agenda 2010 estabelece as prioridades do Estado tendo em vista esse diagnóstico: 1. Descentralização da gestão pública, 2. Redução do analfabetismo, 3. Aumento da capacitação e qualificação profissional, 4. Geração de trabalho, ocupação e renda; 5. Aumento da expectativa de vida, 6. Universalização da cobertura de energia elétrica, 7. Redução do déficit habitacional, 8. Revitalização das bacias hidrográficas, 9. Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, 10. Revitalização do patrimônio cultural, 11. Garantia da segurança pública e cidadania, e 12. Ampliação dos investimentos em obras públicas.

A Educação aqui tem seu raio de ação centrado no combate ao analfabetismo objetivando a sua redução, e na qualificação e capacitação de mão-de-obra, com vistas à geração de trabalho, ocupação e renda.

Esse afunilamento em torno do analfabetismo retrata bem o que destaca Francisco de Oliveira (2008, p. 17), isto é, “planejar é escolher, planejar é, usando uma outra palavra mais forte, discriminar. Você tem que discriminar, e discriminar contra alguém e a favor de alguém”.

Assim a prioridade entre as prioridades, vamos dizer assim, escolhida pelo governo, o que implica em alocação de recursos públicos e decisão política, foi o analfabetismo em detrimento da pauta ampla apresentada pela sociedade. O que não quer dizer que essa ficará em suspenso, pois considerando as determinações constitucionais, os diversos programas federais e alguns estaduais no setor da Educação, todas aquelas questões são enfrentadas, há que se discutir se bem ou mal certamente, mas o são.

Na análise de GARCIA (2003, p.48) sobre o planejamento participativo, o mesmo tece uma crítica a este quando considera que se trata de uma forma de não-valorização do Estado no que diz respeito ao conteúdo planejado.

O que leva Francisco de Oliveira (2008, p. 17) a afirmar que “o Estado se dedica a uma tarefa impossível, que é exatamente, segundo essa pauta, de atender a cada indivíduo”, pois fica perceptível que o volume de recursos demandados para as diversificadas aspirações e reivindicações não é suficiente.

A consequência disso é que a decisão política em torno do que será atendido e do que será atendido depois se torna por demais complexa e polêmica, pois tende a não agradar ou mesmo frustrar a sociedade que participou do processo de planejamento, considerando que geralmente aquela decisão é tomada sem lhe consultar, sua participação ocorre no início, não no decorrer, menos ainda no âmbito decisional.

Eis aqui uma das principais falhas do planejamento público recente analisado, ao combinar as duas tendências (tradicional e transformadora), deixa prevalecer a tradicional. Daí alguns estudiosos considerarem que um planejamento não correspondendo a uma democratização do poder, das tomadas de decisão, instaura processos com sujeitos passivos e ativos, objetos de vontade dos planejadores (RIBEIRO, 2008).

O planejamento só fará sentido se representar uma significativa mudança nas estruturas de poder, no sentido de seu maior compartilhamento e distribuição equânime, o que implica na socialização do conhecimento de riscos e oportunidades envolvidos, assim como, uma composição democrática de instituições e atores com capacidade real de decidir e intervir, esferas públicas de discussão e decisão, inclusivas e consequentes, aberta e igualitária em todos os níveis (RIBEIRO, 2008).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas manifestações da sociedade, coordenadas pelo Poder Público ou autonomamente em relação a ele, a Educação está relacionada prioritariamente com os *aspectos estruturais* dos mais diversos, desde a construção de escolas a laboratórios, bibliotecas, espaços para esporte e lazer, informatização, ao lado da *qualidade* da educação, emergente nas questões levantadas sobre evasão e repetência escolar, carreira docente, formação continuada, política salarial, avaliação de desempenho, dentre outros.

No âmbito dos trabalhos dos especialistas e técnicos, a Educação está referida diretamente como elemento dinamizador do desenvolvimento, isto é, o foco aqui é a sua contribuição no âmbito do planejamento do desenvolvimento do Estado, especialmente na formação de mão-de-obra capacitada e qualificada.

A divergência entre as duas visões está justamente neste ponto, pois enquanto a sociedade percebe necessidades estruturais e de qualidade a serem sanadas na Educação pública maranhense, os especialistas e técnicos do governo, ainda que não ignorem estas

questões, desejam inseri-la no processo de desenvolvimento com atuação focada para o mercado de trabalho.

Na medida em que os espaços de participação diminuem, isto é, dos públicos mais amplos que originaram os dois primeiros documentos, mais alinhadas com uma perspectiva de planejamento participativo e transformador, a pauta se estreita, mormente quando se aproxima de público mais específico e responsável pela tomada de decisões, caracterizando-se como um planejamento mais tradicional.

O não compartilhamento do poder nas decisões dos planejadores transforma a sociedade, antes sujeito ativo no processo de planejamento, em sujeito passivo, pois suas reivindicações e aspirações se tornam objetos de análise e escolha discriminatória.

A confluência das percepções tanto da sociedade, quanto dos técnicos e especialistas, se dá em relação ao analfabetismo, de longe é o problema crucial para o Maranhão, este é mais prioritário para os decisores governamentais que para a sociedade se considerarmos a ordem em que aparece no documentos “Aspirações da Sociedade nas Regiões do Estado” e “Plano Popular de Desenvolvimento Regional”.

O governo ao se decidir pelo analfabetismo buscou delinear, a partir de fóruns com a sociedade civil, um Plano de Alfabetização Educadora de Jovens, Adultos e Idosos do Maranhão (PAEMA), em parceria com o Instituto Paulo Freire (IPF) e coordenado pela Comissão Estadual de Erradicação do Analfabetismo do Estado do Maranhão (COLMEA), tendo como meta mobilizadora alfabetizar 800 mil maranhenses até 2011.

Isto não significa, em hipótese alguma, que a problemática da educação no Maranhão se resume a esses dois tópicos convergentes, mas pelo contrário, as vozes da sociedade, neste sentido, são muito mais ricas que a dos técnicos e especialistas, pois retratam as vivências e necessidades dos locais onde moram, isto é, as necessidades reais da população maranhense.

O equacionamento da política educacional é impensável, sem escolas estruturadas, professores bem remunerados, alunos alimentados e transportados com segurança à escola, qualidade na educação, carreira e política salarial clara, alicerçada na avaliação do desempenho, na dedicação exclusiva e na formação continuada e permanente dos docentes e demais profissionais da área.

A política educacional indicada pela sociedade é mais abrangente, demonstrando com clareza a percepção de que uma educação que não ensina, com altas taxas de evasão e repetência, que não agrega e nem está atenta às especificidades locais, não lhes serve.

A política educacional indicada pela decisão governamental é mais pobre, ainda que enfrente um problema relevante como o analfabetismo, acaba por perder em legitimidade ao não compartilhar essa escolha com a sociedade e a política educacional que essa aspira e reivindica.

Dado que o planejamento é escolha ou “discriminação”, esta só terá condições de ser aceita se surgir de uma pactuação entre governo e sociedade, do compartilhamento do poder de decisão, que nos distancie da forma predominante de planejar a educação no Brasil, fortemente exclusivista e autoritária, nos aproximando da perspectiva transformadora, mais democrática e participativa.

Em linhas gerais, uma educação desencarnada do lugar onde ela está inserida, sem condições de transformar a realidade existente na desejada, não pode mais integrar as agendas governamentais.

## REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. **Política Regional no Brasil: contexto histórico e perspectivas**. In: I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, Salvador, Ministério da Integração Nacional, maio de 2009. Disponível em [www.mi.gov.br](http://www.mi.gov.br).

CIAVATTA, Maria. **A construção da democracia pós-ditadura militar: políticas e planos educacionais no Brasil**. In: FÁVERO, Osmar, SEMERARO, Giovanni (orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

FÁVERO, Osmar. **A descentralização dos sistemas de educação básica: crise do planejamento central?**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade, DUARTE, Marisa R. T. *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FERNANDES, Fabiana S. **Planejamento educacional: conceitos, definições e mudanças**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO-ANPED, 29ª, 2006, Caxambu-MG. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED, 2006.

FILHO, Wilson de Barros Bello. **História do Planejamento Econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento**. Dissertação do Mestrado de Políticas Públicas da UFMA, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital**. In: FÁVERO, Osmar, SEMERARO, Giovanni (orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.



GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil**. Texto para Discussão N. 1373, Brasília, IPEA, janeiro de 2009.

GARCIA, Walter E. **Planejamento e educação no Brasil**: a busca de novos caminhos In: KUENZER, Acácia Zeneida, CALAZANS, Maria Julieta C., GARCIA, Walter. *Planejamento e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção questões de nossa época, 21).

HERMIDA, Jorge Fernando. **O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001**. Educar, Curitiba, n. 27, p. 239-258, 2006, Editora UFPR

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Planejamento Estratégico Governamental – Maranhão Democrático e Solidário**. São Luís: SEPLAN, 2008.

OLIVEIRA FILHO, José (coord.). **Plano Popular de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão-PPDR**. São Luís: SEPLAN/IMESC, 2008. (Estudos de Regionalização, n. 7)

OLIVEIRA, Francisco de. **Desenvolvimento, Estado e Sociedade**: as relações necessárias, as coalizões possíveis e a institucionalidade requerida II. In: Ciclo de Seminário Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, Seminário II – junho de 2008, Brasília, IPEA.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento*. Novos Estudos CEBRAP, 80, março 2008, p. 109-125.

SANTOS, Tibério Mariano. **Uma tentativa de integrar o povo no planejamento estadual**. R. FIPES, São Luís, 1 (1): 29-58, jan./jun. 1980.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2004.

TSUJI, Tetsuo (coord.). **Aspirações da Sociedade no Maranhão nas 19 regiões do Estado em 2007**. São Luís: SEPLAN/IMESC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agenda 2010 – Maranhão Democrático e Solidário**. São Luís: SEPLAN/IMESC, 2009.

\_\_\_\_\_. **O que o Maranhão quer ser quando for grande: estratégias de desenvolvimento, cenário futuro e visão de futuro**. São Luís: IMESC, 2008.

TSUJI, Tetsuo. **Planejamento Estratégico**: módulo do Curso de Governança e Gestão de Políticas Públicas. São Luís: EFG-MA, 2009.